



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete da 2ª Vice-Presidência



CORTE ESPECIAL

Agravo Regimental no Agravo Regimental em Recurso Extraordinário no Processo nº 195247-2/03

Agravantes: Marcos Antônio da Silva e outros

Agravado: Estado de Pernambuco

Relator: Des. Fernando Ferreira

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. QUESTÃO DE ORDEM SUSCITADA DE OFÍCIO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCOGNOSCIBILIDADE DO RECURSO.

1. Os agravantes não cuidaram de impugnar o fundamento nuclear da decisão recorrida, atinente à conformidade do acórdão do órgão fracionário de origem com o entendimento firmado pelo STF em sede de julgamento de recurso representativo da controvérsia submetido à sistemática da repercussão geral (paradigma ARE 694.450 RG/PE – tema 601), eis que se limitaram a reproduzir, nas razões do agravo, os mesmos argumentos deduzidos na petição do recurso extraordinário.
2. Daí, como é cediço, faz-se inadmissível o agravo que não combate efetivamente os fundamentos da decisão agravada, refutando todos os óbices por ela levantados ao trânsito do recurso principal (Súmula 182/STJ por analogia). Questão de ordem acolhida.
3. Agravo regimental não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo Regimental nº 0195247-2/03, julgado em 22 de setembro 2014 e em que figuram, como agravantes, Marcos Antônio da Silva e outros, e, como agravado, Estado de Pernambuco, **ACORDAM** os Desembargadores integrantes da Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco, unânimes, em acolher a questão de ordem para **não conhecer** do agravo, consoante relatório, voto e ementa que integram este julgado.

Recife, 22 de setembro de 2014


Des. **Fernando Eduardo Ferreira**
2º Vice-Presidente e relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete da 2ª Vice-Presidência



CORTE ESPECIAL

Agravo Regimental no Agravo Regimental em Recurso Extraordinário no Processo nº 195247-2/03

Agravantes: Marcos Antônio da Silva e outros

Agravado: Estado de Pernambuco

Relator: Des. Fernando Ferreira

RELATÓRIO

Agravo Regimental interposto contra decisão unipessoal desta 2ª Vice-Presidência em sede de primitivo agravo regimental, em face do disposto no § 2º do art. 543-B do CPC.

No caso concreto, em juízo de retratação o recurso excepcional teve seu trânsito obstado mercê da constatação de que a matéria controvertida nele emoldurada não diz respeito ao paradigma do tema 15 – “direito de praça à remuneração não inferior a um salário-mínimo” (RE 570177), aplicado em decisão anterior, mas sim à orientação traçada pelo STF no julgamento do recurso paradigma do tema 601 – “fixação de soldo em valor inferior a vencimento básico de referência”, cuja controvérsia não foi admitida no elenco de temas de repercussão geral (ARE 694.450/PE, DJe 22/11/2012).

Em síntese, nas razões de sua insurgência os agravantes argumentam que, “*Tratando-se de vencimentos de servidor público, bem como concurso público, a causa é provida de repercussão geral, pois há interesse geral pelo seu desfecho, ou seja, interesse público e não somente dos envolvidos naquele litígio*” (fl. 32).

Não tendo exercido o juízo de retratação, apresento este agravo em mesa na primeira sessão deste órgão julgador competente que me está sendo possível, após a recepção dos autos correspondentes em meu Gabinete (RITJPE, art. 254, § 1º).

É o relatório.

Des. Fernando Eduardo Ferreira
2º Vice-Presidente e relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete da 2ª Vice-Presidência

CORTE ESPECIAL

Agravo Regimental no Agravo Regimental em Recurso Extraordinário no Processo nº 195247-2/03

Agravantes: Marcos Antônio da Silva e outros

Agravado: Estado de Pernambuco

Relator: Des. Fernando Ferreira

VOTO

Questão de ordem – suscitação de ofício – incognoscibilidade do recurso

À partida, constato que os agravantes não impugnaram o fundamento nuclear da decisão recorrida, atinente à conformidade do acórdão do órgão fracionário de origem com o entendimento firmado pelo STF em sede de julgamento de recurso paradigma submetido à sistemática da repercussão geral (paradigma ARE 694.450 RG/PE – tema 601), eis que se limitaram a reproduzir, nas razões do agravo, os mesmos argumentos deduzidos na petição do recurso extraordinário.

Argumentos esses, friso, agitados quando sequer tinha brotado no mundo jurídico a decisão agravada. Daí, como é cediço, faz-se inadmissível o agravo que não combate efetivamente os fundamentos da decisão agravada, refutando todos os óbices por ela levantados ao trânsito do recurso principal (Súmula 182/STJ por analogia). Nesse sentido:

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. O Agravante tem o dever de impugnar, de forma específica, todos os fundamentos da decisão agravada, sob pena de não provimento do agravo regimental” (STF-2ª T., ARE 804503 AgR, rel. Min. Carmem Lúcia, DJe de 26.05.2014).

Bem por isso, em questão de ordem arguida de ofício, **não conheço** do agravo.

Des. Fernando Eduardo Ferreira
2º Vice-Presidente e relator